



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

LUIZA MORAES MORENO

**A VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: FALTAM ESCOLAS DE ENSINO  
MÉDIO NO CAMPO**

ALTAMIRA-PA  
JANEIRO DE 2025

LUIZA MORAES MORENO

**A VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: FALTAM ESCOLAS DE ENSINO  
MÉDIO NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo/Linguagens e Códigos pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Lopes

ALTAMIRA-PA  
JANEIRO DE 2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M843v Moreno, Luiza Moraes.  
A violação do direito á educação: faltam escolas de ensino  
médio no campo / Luiza Moraes Moreno. — 2025.  
29 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Raquel da Silva Lopes  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de  
Etnodiversidade, Altamira, 2025.

1. Juventudes . 2. Transamazônica . 3. Políticas públicas .  
I. Título.

CDD 379

---

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>1. PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>                                | <b>6</b>  |
| 1.1 Sobre a escolha da abordagem de pesquisa .....                   | 6         |
| 1.2 Sobre os sujeitos da pesquisa .....                              | 8         |
| 1.3 Sobre o lugar .....  | 9         |
| <b>2. NOTAS SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE .....</b>                  | <b>12</b> |
| 2.1 Juventudes, políticas públicas e educação na Transamazônica..... | 14        |
| <b>3. ANÁLISE DE DADOS.....</b>                                      | <b>19</b> |
| 3.1 Relatos de uma juventude .....                                   | 19        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                     | <b>25</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>26</b> |

# **A VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: FALTAM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO CAMPO**

## **RESUMO**

Este trabalho investiga os impactos da violação do direito à educação na vida de jovens camponeses e suas famílias na região da Transamazônica, no sudoeste do Estado do Pará. Apesar de certos avanços em termos de políticas públicas em geral, quando se trata da educação do campo na etapa terminal da educação básica, o ensino médio, a juventude do campo ainda enfrenta imensas dificuldades de acesso e permanência na escola: ou essa etapa de escolarização simplesmente não existe nas comunidades rurais ou é ofertada de maneira precária, exigindo inúmeros sacrifícios dos estudantes e de suas famílias para acessá-la. O objetivo principal desta pesquisa é ouvir os jovens e suas famílias e, a partir dessa escuta, refletir a respeito de possibilidades menos danosas de efetivar o direito à educação nessa etapa terminal da educação básica nos territórios rurais, com participação popular e qualidade social e acadêmica. A metodologia utilizada se constituiu de pesquisa de campo com realização de entrevistas com os sujeitos envolvidos. O percurso de reflexão e análise se valeu do diálogo com Stropasolas (2006; 2014), Carneiro (2011), Castro (2009), Dayrell (2007; 2014), Barcelos (2021), entre outros. Os resultados preliminares apontam a necessidade de se pensar políticas públicas educacionais mais concretas e adequadas à realidade das juventudes camponesas, sob o risco de essa categoria continuar sendo forçada a sair do campo.

**Palavras-Chave:** Juventudes. Transamazônica. Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This work investigates the impacts of the violation of the right to education on the lives of young peasants and their families in the Transamazônica region, in the southwest of the State of Pará. Despite certain advances in terms of public policies in general, when it comes to rural education in the terminal stage of basic education, secondary education, rural youth still face immense difficulties in accessing and remaining in school: either this stage of schooling simply does not exist in rural communities or it is offered in a precarious manner, requiring countless sacrifices from students and of their families to access it. The main objective of this research is to listen to young people and their families and based on this listening, reflect on less harmful possibilities of realizing the right to education in this terminal stage of basic education in rural territories, with popular participation and social and academic quality. The methodology used consisted of field research with interviews with the subjects involved. The path of reflection and analysis was based on dialogue with Stropasolas (2006; 2014), Carneiro (2011), Castro (2009), Dayrell (2007; 2014), Barcelos (2021), among others. Preliminary results point to the need to think about more concrete educational public policies suited to the reality of peasant youth, under the risk of this category continuing to be forced to leave the countryside.

**Keywords:** Youth. Transamazônica. Public policies.

## INTRODUÇÃO

Ao pensar em minha aproximação com o tema dessa pesquisa, criei duas pontes. A primeira é racional: minha própria trajetória de estudante interrompida, que começou precisamente no ano 2016 quando saí da minha comunidade de pertença para morar com um parente na cidade de Altamira-PA, devido ao fato de meus pais não terem condições para a minha locomoção até a escola de ensino médio no município onde morávamos. Durante esses três anos estudando na zona urbana e morando na casa de terceiros, tive ocupações precárias, a primeira foi de babá, em troca de alimentação, roupas e produtos de higiene; entre essas ocupações, tinha que estudar e realizar os afazeres domésticos; a remuneração de todos os empregos que arranjei era abaixo de meio salário-mínimo e eu intercalava trabalho/estudos, contribuições em dinheiro e tarefas domésticas. Nessas condições, dificilmente tinha tempo de estudar para o ENEM, apenas realizava as atividades da escola, não tinha dinheiro para pagar cursinhos, a minha única meta era me manter até terminar o Ensino Médio.

Este relato retrata resumidamente a minha trajetória no Ensino Médio, que se parece com a de inúmeros jovens do campo que deixam sua família em busca de estudo e, assim como eu, têm de enfrentar dupla jornada de trabalho, empregos precários que não oferecem nenhum direito trabalhista – o que afeta seu rendimento na escola, porque essa dupla jornada de trabalho e estudos consome todo o nosso tempo e não temos como nos preparar para vestibulares. Essa realidade nos distancia do ingresso no ensino superior, principalmente, o público; embota nossas perspectivas e mina a confiança no futuro. Para além disso, no caso das comunidades camponesas, é à juventude que cabe a formação de novos pensamentos e descobertas; e uma juventude camponesa engajada em seus projetos pode criar possibilidades de abrir diálogos em torno do acesso à terra, à educação, ao trabalho e ao lazer.

A segunda ponte criada é a científica, que surgiu no ano de 2022 quando desenvolvi uma pesquisa como bolsista de iniciação científica intitulada *Efeitos da BNCC e do “NOVO” Ensino Médio Paraense: discurso docente na região de Altamira*. Essa pesquisa ocorreu na área urbana do município de Altamira, em uma escola de ensino médio localizada no centro da cidade.

Durante essa experiência alguns entrevistados (professores da escola) falaram sobre a precariedade das condições econômicas de seus alunos; apesar de a escola estar localizada em uma área central da cidade, havia muitos estudantes da área rural e dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), áreas para onde foram deslocadas compulsoriamente várias famílias que moravam em locais “de risco” (com probabilidade alagamento por estarem próximos a

igarapés e braços do Rio Xingu), por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; esses estudantes e suas famílias têm uma renda *per capita* baixa e são beneficiários de programas sociais; o contexto social em que estão inseridos é de muita vulnerabilidade. Quais desses jovens têm condições de pagar cursinhos preparatórios ao ENEM? Esses alunos na sua maioria não merendam em casa e não têm dinheiro para a passagem de ônibus. E quanto mais a pesquisa avançava, eu ia me dando conta “das coincidências” entre a situação daqueles jovens (vindos da periferia e do campo) e a minha própria história de estudante dessa etapa de escolarização.

Foi, então, esse cruzamento que me levou a escolher a temática do presente trabalho, que está organizado em três seções: 1) Percurso Metodológico, em que relato a abordagem metodológica, os sujeitos e o local da pesquisa; 2) Notas sobre o Conceito de Juventude, tópico que traz uma discussão de caráter teórico sobre a categoria “juventude” e uma reflexão sobre juventudes na região da Transamazônica; 3) Análise de dados.

Espero conseguir elucidar aspectos relevantes do contexto pesquisado e trazer elementos que evidenciem a necessidade de se olhar com mais atenção a situação de violação do direito à educação da juventude nesse território.

## **1. PERCURSO METODOLÓGICO**

### **1.1 Sobre a escolha da abordagem de pesquisa**

Este trabalho é um estudo baseado na abordagem qualitativa. De acordo com Richardson (1999), “A pesquisa que emprega métodos qualitativos pode descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais”. (Richardson, 1999, p. 80). Nessa mesma direção, Pedro Demo (2011) nos diz que “A pesquisa qualitativa não busca o “dado” propriamente, mas a “informação discutida”, produzida em interação por vezes tensa.” (p.79). Foi considerando a natureza do objeto em estudo que optei por essa abordagem, uma vez que, embora seja possível quantificar certos dados, o que está em questão é a realidade de uma situação social a partir da percepção dos sujeitos nela implicados.

Essa possibilidade de interagir no cenário em que se insere a pesquisa permite que o pesquisador se atenha às questões com mais profundidade e análise em detalhes os fenômenos estudados, observando sempre as concepções dos participantes. Além disso, o pesquisador combate visões enganosas de neutralidade, evidenciando os limites de sua própria ação e assumindo os riscos de sua prática investigativa. Num trabalho como este, o diálogo com o

legado acadêmico-científico que o antecede é um forte aliado nesse esforço de controlar vieses, daí a importância da pesquisa bibliográfica, num gesto de reconhecimento de outros autores e de aprendizagem dos seus acúmulos, não numa perspectiva de mera submissão ou de reprodução de conhecimentos, mas de mobilização desse legado para impulsionar a produção de novas interpretações.

Assim, a segunda etapa metodológica deste trabalho foi realizada por meio de uma pesquisa de campo para a coleta de dados, com realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas; a entrevista se tornou um importante instrumento da abordagem qualitativa, pelo fato de, como nos mostra Lakatos (1993), incluir sentimentos e opiniões atuais ou do passado. Propositadamente, a entrevista pode ser considerada “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha a informação a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Lakatos, 1993, p.195-196).

De acordo com Rey (1999), a busca nas ciências humanas implica a existência de um ‘sujeito interativo, motivado e intencional. A investigação sobre esse sujeito não pode ignorar essas características gerais [...] os próprios instrumentos de investigação adquirem um sentido interativo.’ (1999, p.57 e 60). Partindo dessa pressuposição, ocorre o entrelaçamento de “percepções do outro e de si, de expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas entrevistador e entrevistado” (Szymanski, 2010, p.12).

A entrevista não é apenas um momento de obter informação, mas uma oportunidade de criar uma situação de confiança para o entrevistado falar; a escuta verdadeira dessa fala produz conhecimento e permite aos interlocutores rever e reavaliar seus movimentos como produtores de realidades. Quando bem conduzida, a situação de entrevista possibilita uma ampliação da problemática analisada porque permite ao entrevistador checar sua compreensão do que é dito, voltar aos pontos que ficaram obscuros.

Segundo Minayo (2006), o campo permite a aproximação do pesquisador com a realidade da pergunta. Todo pesquisador precisa ser perguntador; no campo, o pesquisador não deve ficar preso às tensões e nem apressado para obter respostas imediatas, mas deve ter um olhar dinâmico e atento à confrontação da proposta científica e das descobertas empíricas. Essas descobertas empíricas não são apenas da obtenção de informações, mas do se engajar no lugar a ser conhecido.

Para Deleuze e Guattari, “Há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos”. (Deleuze e Guattari, 1997, p. 121). Desse modo, ao

habitar esse território existencial devemos acompanhar os acontecimentos do campo que é múltiplo e diversificado. Esses territórios são caminhos para novas descobertas, nesse sentido, o pesquisador produz conhecimento e, ao observar suas experiências com o objeto pesquisado, já não se distancia, mas o processo de conhecimento é outro.

## **1.2 Sobre os sujeitos da pesquisa**

As pessoas entrevistadas são jovens entre 16 e 18 anos e um familiar, que relataram episódios relacionados ao fato de aqueles não terem conseguido cursar o Ensino Médio ou de o terem feito em condições muito adversas. Estudantes que passaram anos sem estudar por não ter escolas de ensino médio no campo e que só conseguiram cursar essa etapa final da educação básica vindo para a cidade morar em casa de parentes ou conhecidos.

Ao todo, realizei cerca de cinco entrevistas; duas com jovens que residiam em comunidades próximas do município de Altamira; como as jovens migraram para estudar na cidade, as entrevistas ocorreram de forma presencial em suas residências na cidade.

A primeira entrevistada deixou a comunidade do Jiboião, onde estudava por meio de um sistema modular, e atualmente estuda na escola Getúlio Vargas em Altamira. Essa jovem mostrava-se insatisfeita com a educação oferecida em sua comunidade e através do Rádio fazia denúncias sobre a precariedade da oferta de ensino.

A segunda entrevistada, que atualmente cursa seu Ensino Médio em uma escola da zona urbana, é moradora da vicinal do KM Cinco –próximo ao município de Brasil Novo, comunidade onde realizei o segundo Estágio Supervisionado do ensino fundamental, e conheci a história dessa jovem que é considerada pelos seus ex-professores uma menina muito inteligente e esforçada; os professores lamentaram-se pelo fato de ela estar há dois anos sem estudar desde que finalizou seu 9º ano.

A terceira entrevistada, ex-aluna do colégio de ensino Médio Brasil Novo, é residente da comunidade Santa Maria Madalena, comunidade a que pertencço; ela retrata uma série de precariedades que os jovens enfrentaram e enfrentam, apesar de ser uma comunidade geograficamente próxima da cidade de Brasil Novo; os problemas antigos são praticamente os mesmos da atualidade, a única mudança é que existe transporte na vicinal para levar os alunos até a Transamazônica-BR 230.

A quarta entrevistada, uma jovem que estuda na modalidade CET (SEI), é moradora da vicinal 85 norte, no município de Medicilândia-Pará. A quinta entrevistada (familiar) é uma mãe, residente na área rural do município de Uruará-Pará, é professora do ensino fundamental

em uma escola municipal; como professora, ela conhece bem a realidade e as condições da juventude na comunidade.

Foi, em grande medida, por intermédio de colegas da Faculdade de Etnodiversidade, do Curso de Educação do Campo, que também residem nesses municípios, que pude realizar as entrevistas e saber melhor como está o funcionamento do Ensino Médio nas comunidades rurais da Transamazônica a oeste de Altamira. Já os dados referentes ao município de Anapu-Pará (a leste), são resultados da minha experiência no Programa Institucional de Bolsas na Iniciação à Docência (PIBID) e nos Estágios Supervisionados no Ensino Médio, que ocorreram na escola Casa Familiar Rural Dorothy Stang.

### **1.3 Sobre o lugar**

A opção por um lugar estendido, a Transamazônica, deve-se ao fato de que em se tratando da questão investigada a configuração do problema é regional: a realidade dos municípios localizados no sudoeste do Pará, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará é comum, o contexto municipal em que estão inseridas as pessoas entrevistadas não difere muito. Esses municípios apresentam os velhos problemas relacionados à educação do campo: não há oferta de Ensino Médio ou as condições dessa oferta são muito precárias, fator que contribui para a migração dos jovens para os centros urbanos.

A formação desses municípios localizados às margens da rodovia Transamazônica, exceto Altamira, começa com a abertura dessa estrada que ocorreu no início da década de 1970 como um dos ‘grandes’ projetos dos governos militares (1964-1985). Sob o argumento falacioso do “desenvolvimento” e da integração nacional, a região amazônica sofreu um processo de colonização induzida por políticas de estado que visavam “ocupar” um território supostamente vazio. Foi nesse cenário que surgiram as propagandas e discursos com o lema: “integrar para não entregar” e “terras sem homens para homens sem-terra”, usados pelos militares como tática para implementar seus ideais de grandeza e controle.

Embalados por essas propagandas boas sobre a região amazônica, centenas de trabalhadores de diferentes regiões do país foram trazidas para cá e instaladas ao longo da rodovia nascente, onde avançavam ações de colonização sem respeito pelos que aqui já estavam e nem pelos que chegavam, tampouco pelo meio ambiente, que começou a ser alvo de destruição impulsionada pelo próprio estado brasileiro, sob o pretexto do progresso e do desenvolvimento.

A região Transamazônica-Xingu tem em seu histórico a marca desses empreendimentos forçados que rasgaram o coração da floresta para que nascesse o “Brasil grande” e moderno,

fetichismo dos militares, que afirmavam a necessidade de fazer o bolo crescer para depois dividi-lo – intento que não passava de um engodo e nunca foi realizado. Os jovens do campo que ainda hoje não têm acesso ao ensino médio são, em sua maioria, remanescentes das famílias dos trabalhadores rurais vindos sobretudo do Nordeste em busca de melhores condições de vida. Mas a parte do bolo que lhes restou são os impactos desastrosos trazidos pela implementação dos grandes projetos de ontem e de hoje (construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte), como o desmatamento, a concentração fundiária, a emergência climática e as profundas desigualdades socioeconômicas daí decorrentes.

Quando estes jovens estudantes da zona rural migram e conseguem chegar às cidades para cursar o Ensino Médio, o que se tem visto é a violência urbana, falta de emprego, precariedade no transporte coletivo, entre outras mazelas que caracterizam a vida das classes trabalhadoras nos centros urbanos.

Nos municípios da região transamazônica, sobretudo os menores, há uma maior concentração da população no campo, mas essa população está envelhecendo e os jovens, frente à falta de perspectivas quanto à continuidade de seus estudos, são forçados a migrar. A expressão “ficar” ou “sair” (Castro, 2013) é um velho dilema da juventude camponesa; é preciso dizer que essa migração dos jovens pode ter várias causas, dentre as quais está a possibilidade de continuar estudando; a solução para muitos é ir para os centros urbanos, estudar e trabalhar para se manter. Porém, uma vez na cidade, os jovens pertencentes às classes trabalhadoras encontram barreiras para permanecer no ensino médio. Como relata Miguel Arroyo, “Os jovens e adultos que chegam ao Ensino Médio carregam uma experiência de lutas pela escola, pelo conhecimento, experiências de tensas relações entre o trabalho-sobrevivência-estudo (Arroyo, 2014, p. 66).

Historicamente os povos do campo não são vistos como sujeitos de direitos; na esfera educacional isso se manifesta pela ideologia de que camponeses não precisam de muito estudo; sob esta ideologia, a etapa do Ensino Médio vem sendo negada à juventude campesina há muito tempo. No estado do Pará foram criadas alternativas em comunidades remotas das zonas rurais onde não existem escolas de Ensino Médio, tais como o SOME e SEI; o Sistema Modular de Ensino é uma modalidade que surgiu na década de 1980 com o objetivo de garantir ensino presencial em localidades de difícil acesso; o currículo é desenvolvido por módulos de 50 dias cada um; os professores em sua maioria vêm da cidade e se alojam nas comunidades. Pesquisas<sup>1</sup> têm apontado as limitações e alternativas para essa oferta de Ensino Médio.

---

<sup>1</sup> Como a de Rodrigues (2016); Silva (2015); Sacramento (2018).

Já o SEI/Sistema de Ensino Interativo, surgiu no estado do Amazonas, pioneiro nessa modalidade; no Pará é caracterizado por funcionar em escolas anexas emprestadas pelo município, nas quais os estudantes estudam de maneira remota, as aulas são ministradas em um estúdio na capital, Belém; além dos equipamentos em sala de aula, o SEI possui um monitor que auxilia os alunos em todas as disciplinas.

Estudos<sup>2</sup> revelam diversas precariedades em modalidades de ensino oferecidos a distância. Atualmente o governo estadual segue tentando implementar esse sistema nas comunidades da Amazônia, mas enfrenta resistência com fortes manifestações em contrários de lideranças indígenas, quilombolas, professores e movimentos que lutam pela educação do campo.

Essas políticas públicas não têm atraído os jovens do campo; pelo contrário, cada vez mais precarizam o ensino médio por meio de uma estrutura curricular fragmentada, que não dialoga com a realidade local e ignora as limitações da infraestrutura escolar. Araújo, Rodrigues e Alves (2015) nos alertam quanto a “outro grave problema que aflige o Ensino Médio [...] a baixa qualidade do ensino público brasileiro” (Araújo, Rodrigues e Alves 2015, p. 236).

A zona rural dos municípios da região sudoeste paraense é marcada por desigualdade sociais, pobreza e negação de direitos básicos à população. Os jovens do campo têm migrado para a cidade com o objetivo de continuar seus estudos, já que não há escolas de ensino médio no campo. Com esse movimento de migrar, os jovens e suas famílias enfrentam um conjunto de problemas, como o enfraquecimento do vínculo com o campo, a diminuição da força de trabalho, pois cada jovem que sai significa menos uma pessoa trabalhando na propriedade; some-se a isso o aumento das despesas domésticas, pois mesmo que o filho esteja trabalhando na cidade os pais ajudam financeiramente.

Quando há oferta de ensino médio no campo, em escolas emprestadas pelo município, essa oferta não assegura a permanência da juventude, uma vez que não se baseia em uma proposta pedagógica que contribua para o vínculo com a terra, mas em pacotes transferidos de escolas urbanas que não estimulam os jovens a se reconhecerem como sujeitos de direitos, não tratam da relação com a terra e de processos de melhoria da vida no campo.

Segundo Stropasolas (2006), “O baixo nível educacional dificulta o desempenho da atividade agrícola e principalmente a organização e desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural”. (Stropasolas, 2006, p.145). Vê-se, portanto, que não se trata

---

<sup>2</sup> Ladislau (2022); Matos; Reis; Couto (2021); Soares (2021).

apenas de ofertar turmas de ensino médio no campo: é necessário que a educação escolar dialogue com as necessidades das juventudes rurais. É importante ter escolas de ensino médio que atraíam os jovens com uma proposta curricular conectada às atividades do campo, mas também aberta às características do tempo atual, com seus desafios, riscos e potencialidades.

Na região da Transamazônica Xingu no meio rural sabemos que dificilmente existem escolas de Ensino Médio regulares, e só não há mais jovens excluídos e impedidos de cursar essa etapa porque migram para o centro urbano do seu município. As alternativas já mencionadas, como SOME e SEI, não chegam a todas as comunidades; na verdade poucas comunidades foram atendidas por essa política. A problemática aqui não é a existência, em si, dessas iniciativas, e sim a qualidade do ensino que é oferecido, como aponta Sacramento (2018):

O Ensino Médio Modular padece de uma aguda crise no que diz respeito à falta de investimento em infraestrutura acompanhada de uma ausência enorme do poder político do Estado, que apenas mantém os pagamentos de salários para os professores e acha que “está tudo resolvido” na educação do ensino médio, o que na verdade esconde ou escamoteia as realidades, para não mostrar as decadências em que vivemos no ensino médio público no Pará. (Sacramento, 2018, p. 116-117).

Essa modalidade de ensino está presente na zona rural há décadas, mas, como já assinalado, não se trata de uma proposta de educação do campo, não há uma aproximação com os jovens camponeses, os conteúdos não são pensados na perspectiva do fortalecimento da identidade, das práticas culturais e muito menos das lutas camponesas. E, como já sinalizou Sacramento acima, faltam professores e transporte escolar para atender essa modalidade, falta material didático. Essa questão da qualidade do ensino é uma das causas que tem feito muitos jovens deixarem o campo e migrarem para a cidade. “Constata-se, portanto, que não houve historicamente empenho do poder público para implementar um sistema educacional adequado às necessidades dos povos do campo. O Estado brasileiro omitiu-se”. (Brasil, 2005, p.7).

## **2. NOTAS SOBRE O CONCEITO DE JUVENTUDE**

Até aqui vimos falando de ‘juventude’ e de ‘jovem’ de maneira bastante genérica, como se esses termos fossem ampla e pacificamente aceitos por todos, sem divergências; mas é preciso refletir um pouco mais sobre estas categorias, especialmente nas suas implicações com a questão da educação escolar. Para tanto recorro aos estudos de autores como Dayrell (2007; 2014), Stropasolas (2006; 2014), Carneiro (2011), Castro (2009) e Barcelos (2021).

Kehl (2004) nos chama atenção para o fato de que é difícil pensar em um conceito de juventude hoje em dia, pois dos 18 aos 40 anos ainda temos um espírito de juventude, o corpo

tem disposição e saúde. Mas existem outros fatores implicados na percepção contemporânea do que vem a ser “juventude”, de modo que definir uma faixa etária não é uma tarefa tão simples. Por exemplo, para alguns autores é considerado como juventude o intervalo de 14 a 24 anos; para outros estudiosos, pode ser considerado até os 29 anos, por isso Dayrell e Carrano nos dizem que

[...] na realidade, não há tanto uma juventude, e sim jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente (Dayrell & Carrano, 2014, p. 112)

Levando isso em consideração, precisamos reconhecer que as juventudes do campo apresentam traços diferenciais relativamente às juventudes urbanas, mas não devemos esquecer que em função dos avanços dos meios de comunicação, impulsionado pela internet e pelas redes sociais, há também certos aspectos comuns. Segundo Carneiro (2011), as pesquisas relacionadas a juventude camponesa não avançaram tanto, em comparação à juventude localizada nos centros urbanos:

O interesse dos pesquisadores sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo bastante limitada a bibliografia disponível, o que não acontece no que se refere à população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído a atenção de um número muito mais amplo de estudiosos sobre temas variados. (Carneiro, 2011, p.243)

Apesar disso, ou justamente por isso, é interessante analisar os contextos em que está inserido o jovem camponês e modos de vida, mas não é esse o foco do presente trabalho, embora não seja possível tratar de educação escolar, no caso do ensino médio no campo, sem discutir o contexto de existência dos estudantes. Uma das particularidades do contexto rural em relação ao urbano é que a diferença entre juventude e adolescência é um muito tênue: no campo, logo depois da entrada na puberdade as pessoas já começam a assumir responsabilidades da vida adulta, sem uma transição demarcada como nos centros urbanos.

Pensando questões relacionadas a essa complexa etapa da vida, entre a puberdade, considerada como uma fase de entrada para o amadurecimento sexual, e a vida adulta, Castro nos convida a ir além da delimitação em faixas etárias e a pensar a juventude camponesa a partir de outras concepções além da sociedade e escola:

*Juventude/jovens* tem representado, neste cenário atual, acima de tudo, relações de hierarquia social. *Juventude* definida, seja como “revolucionária/transformadora”, seja como “problema”, é, muitas vezes, tratada a partir de um olhar que define hierarquicamente o papel social de determinados

indivíduos e mesmo nas organizações coletivas *juventude*\jovem associado à transitoriedade do ciclo-de-vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. *Juventude rural* é uma categoria particularmente reveladora dessa construção de relações de hierarquia. (Castro, 2009, p.194)

Segundo Bourdieu: “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem à qual cada um deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar.” (Bourdieu, 2003, p.152). Nessa direção, mesmo movimentos considerados progressistas do ponto de vista político, como o movimento social rural, apresentam uma visão hierarquizada e hierarquizante da condição juvenil: jovens são força de trabalho e, como tal, devem ficar no campo e assumir responsabilidades no plano da produção material. Esse apontamento gera inquietudes nos jovens: onde e como continuar estudando? Como alinhar suas próprias expectativas aos projetos de suas famílias? Entre outros pontos de tensão.

E como a educação escolar pode dialogar com essas questões? Como a educação do campo pensa as juventudes em suas complexas relações com o espaço, o tempo, a cultura? Não basta “estar” no campo, compreendendo o espaço apenas como sendo agrícola, mas entender que é necessário um espaço educacional para os jovens tornarem-se pensadores críticos da sua realidade e sujeitos da construção da sua identidade. Como ressalta Caldart (2000, p.66), “Não há escolas do campo sem a formação de sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro.”

## **2.1 Juventudes, políticas públicas e educação na Transamazônica**

Como já vimos, a etapa da vida a que se convencionou chamar “juventude” é vivenciada de formas muito distintas a depender de uma série de fatores, como classe social, local de moradia, raça/etnia, gênero e etc. A percepção dessa etapa também muda no tempo histórico, o que se entendia por “ser jovem” até o final do século XX mudou bastante e hoje muitos indicadores de juventude foram reelaborados, sobretudo em espaços urbanos.

O campo também muda; mas, em função de uma série de fatores, a percepção da mudança é diferente. Vejamos, por exemplo, a questão do direito à educação. A que se deve a naturalização da inexistência de escolas de ensino médio na maioria dos territórios rurais paraenses? A que se deve a fragmentação das poucas políticas públicas implementadas nesses territórios? A quem os jovens podem recorrer para reivindicar seus direitos humanos fundamentais?

Atualmente, o campo encontra-se com sua população envelhecida, devido ao fato de os jovens migrarem para a cidade; os mais velhos decidem permanecer, por diferentes razões. Mas boa parte dos jovens vai embora. É preciso considerar a existência de um certo espaço de “agência” (eles ‘decidem’, escolhem, de forma deliberada sair), mas o que os dados dessa pesquisa mostram é que há, em inúmeros casos, uma pressão estrutural para essas saídas, uma força maior que se sobrepõe à vontade individual, pois o jovem tem que decidir entre continuar no campo ou estudar... Segundo Ferreira (2019),

Quando se fala da migração de jovens do campo para a cidade, se pensa imediatamente na falta de oportunidade de emprego no meio rural. Na verdade, essa é uma realidade, porém não é a única. A busca do jovem por um ensino de qualidade também é um fator que leva a migração do campo para a cidade (Ferreira 2019, p. 26).

Pesquisas relacionadas à juventude rural na Amazonia retratam a falta de emprego no campo e o desinteresse dos jovens pela agricultura, todavia esse é apenas um dos fatores explicativos da migração juvenil rumo aos centros urbanos. Como vimos acima, o estudo de Ferreira (2019) aponta o desejo de não parar de estudar como uma variável relevante na decisão de migrar.

De acordo Castro (2009), os jovens são importantes para o desenvolvimento do campo, não apenas do ponto de vista de sua imensa contribuição como força de trabalho. Deles se espera o movimento de questionamento, de subversão; porém, o espírito de contestação não é natural, precisa ser fomentado, guiado, direcionado; e a educação tem esse papel de formar para o novo, para o que ainda não foi realizado. Mas para que a juventude camponesa se torne protagonista é necessário um ambiente propício; por isso é importante a inserção dos jovens rurais, não somente como agentes produtivos, mas como protagonistas no processo de discussão, elaboração e implementação das políticas públicas.

É certo que houve e há investimentos em créditos rurais para intensificar o interesse do jovem pela agricultura, e esse é um investimento essencial; mas não é suficiente e nem pode ser separado de políticas públicas na área da educação, do lazer e da cultura. Não basta apenas esse investimento, descolado das outras esferas da vida. O trabalho é importante, mas não é a única dimensão da vida.

No caso da juventude da Transamazônica, existem diversos motivos para sua não permanência no campo, e um deles é a falta de oportunidades de acessar educação nos níveis mais elevados de escolarização. Atualmente existem modelos de ensino médio semipresenciais e remotos, mas muitos jovens são excluídos até mesmo destas modalidades; a insatisfação

juvenil deve-se a modelos de ensino pouco atrativos, desconectados da realidade vivida pelos jovens. Veremos que nos municípios menores da Transamazônica a população encontra-se concentrada no campo e a juventude busca maneiras de ficar na zona rural com sua família, mas também quer continuar estudando.

Em uma ação que participei na Casa Familiar Rural de Altamira percebi que a maioria dos alunos vem de muito longe; três estudantes falaram que o modelo de ensino oferecido na sua comunidade pela Secretaria Estadual de Educação, até mesmo em uma área que tem muitos jovens para cursar o Ensino Médio, é um modelo em que são enviadas apostilas em (PDF) via WhatsApp para os alunos. Não há tutoria, os alunos fazem as atividades sozinhos. Esse modelo de ensino oferecido para a zona rural é sempre pautado em meios tecnológicos que não acompanham as necessidades da comunidade, exigem o uso de internet em locais que o acesso à rede é bem precário, fato que dificulta a aprendizagem.

Não adianta instituir projetos/programas sem levar em conta as situações específicas das comunidades rurais/indígenas/quilombolas/ribeirinhas. Corroborando o que diz Ferreira: “As políticas públicas para a juventude também precisam considerar a questão da desigualdade social vivida pelos jovens do meio rural”. (Ferreira, 2019, p. 23).

As juventudes são uma categoria plural e múltipla. No campo não é diferente. A juventude camponesa apresenta muita diversidade. E compreender as necessidades desses jovens é uma condição para implementar políticas mais adequadas as suas necessidades. Os jovens camponeses, filhos de pequenos agricultores, veem no estudo a única maneira de mudar de vida e a família considera isso também; por isso, muitas vezes, quando não têm condições para ir estudar na cidade, continuam seus estudos nesses modelos de ensino que necessitam de aparelhos tecnológicos e de internet. Muitos não têm um bom aparelho celular, muito menos internet em suas casas; precisam ir à casa de vizinhos com internet de qualidade ou a outros lugares onde há internet melhor.

A juventude, em diferentes tempos históricos, é alvo do discurso de setores dirigentes porque sabe-se que esse grupo etário traz consigo maior tendência à transgressão, geralmente, são os jovens, os estudantes, que protagonizam movimentos de contestação. Em grande medida, o neoliberalismo se empenha em solapar esse traço da juventude de modo que essa ordem político-econômica continue se consolidando sem maiores entraves. Assim, a juventude vem sofrendo degradações ao longo dos anos com reformas educacionais que esvaziam o sentido da educação escolar transformando-a em um “serviço”. E os jovens estão cada vez mais pensativos

sobre as condições de ensino a que estão submetidos; o direito de estudar vem sendo ameaçado por esses arranjos do mercado, que visam apenas o lucro.

Assim, a última etapa da educação básica se tornou um campo de disputas nos últimos anos. Setores do empresariado que buscam transformar os estudantes apenas em mão de obra barata para o mercado de trabalho conseguiram interferir na reforma educacional a ponto de o Congresso Nacional ter aprovado a proposta do “Novo” Ensino Médio por meio de uma Medida Provisória (MP) nº 746/2016 que foi sancionada pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) no governo do então presidente Michel Temer.

Sob a narrativa falaciosa de ‘liberdade de escolha’ e de ‘flexibilização’, essa proposta de Novo Ensino Médio esvaziou de significado essa etapa da educação básica, retirando dos jovens das classes trabalhadoras as já escassas possibilidades de mudança de vida por meio da escolarização. A ideia de itinerário formativo não passa de um engodo, pois na maioria das escolas públicas do Estado do Pará, sobretudo as localizadas fora da capital, os estudantes não têm opção: apenas o itinerário mais barato é ofertado. Mas o ENEM cobra o domínio de conteúdos em diferentes áreas de conhecimento.

Nas comunidades rurais da Transamazônica, como já visto antes, não há escolas de ensino médio, por isso a população camponesa tem poucas expectativas em relação a políticas educacionais; os estudantes são vistos como culpados pelo seu fracasso ao não ingressarem no período ‘certo’ nesse nível de escolarização ou por não o cursarem. Essa é a realidade de diversos municípios, onde existe apenas uma escola de ensino médio localizada na zona urbana.

Em alguns casos, tenta-se remediar essa situação de violação de direitos por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e do Sistema de Ensino Interativo (SEI), mas se tem discutido a baixa efetividade dessas iniciativas. O transporte escolar nem sempre é regular e muitas vezes não é garantida a alimentação escolar, aprofundando-se cada vez mais a distância entre esses sujeitos e a garantia do seu direito à educação. Muitos gestores, e até parcelas da população, reforçam a falácia de que pessoas do campo têm que se contentar apenas com uma escola de ensino fundamental e que cada família decide o que faz com aquele jovem que vai ingressar no Ensino Médio. Ao jovem, fica o velho dilema: se permanece no campo ou se vai para cidade continuar os estudos.

Segundo Kumer (2013), a escola é uma extensão do estado, dominado pela classe burguesa que costuma frear o acesso de jovens da classe trabalhadora a uma formação de qualidade, seja de forma explícita pela negação aberta do direito de estudar (como nas áreas

rurais pela inexistência de escolas), seja de forma velada por meio da oferta de um ensino puramente instrumental (conforme a proposta do NEM).

Ao pensarmos em políticas públicas para os jovens camponeses devemos pensar na identidade dessa juventude, em qual contexto está inserida, visto que o campo é um local de disputas políticas, fundiárias e ideológicas. A juventude camponesa precisa de espaços de formação que motivem o debate sobre as questões que a afetam; a construção desses espaços precisa levar em consideração as trajetórias e vivências dos sujeitos jovens. De acordo com Barcellos (2021),

Cabe destacar que atualmente a questão da juventude no meio rural brasileiro remete à vivência em um espaço socialmente desigual com a falta de acesso a bens e serviços e tensionados de forma geral por questões como a expansão indiscriminada do agronegócio e a perpetuação do latifúndio. (Barcelos, 2021, p. 01).

Muitas organizações, entre sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e eclesiais, partidos políticos etc., ainda não exercitam na prática a abertura de seus espaços à juventude; há, evidentemente, espaços dedicados nominalmente aos jovens, desde que estes ‘obedeçam’ a normas estabelecidas, que atendam a certas expectativas institucionais.

Os jovens enfrentam problemas em relação ao acesso à terra; sofrem com a desigualdade de renda, com o estreitamento de seus horizontes de futuro. A escola poderia ser um espaço de formação sociopolítica, que preparasse os jovens para ser agentes transformadores de suas realidades; os movimentos sociais poderiam ser também espaços educativos; porém, o que se percebe é uma certa instrumentalização da juventude. De certo modo, a juventude tem conquistado espaços em movimentos sociais, mas ainda como pouca visibilidade e sem que suas questões sejam, de fato, levadas em conta, como nos alerta Barcelos (2021):

Que a juventude precisa ter voz, espaço e vez, isso também parece ser consensual e discurso de muitos (as), mas isso ao que tudo indica não será consentido ou dado, terá que ser disputado e conquistado nas mais diversas esferas da sociedade cotidianamente, inclusive nos governos, organizações e movimentos sociais. Lembrando que a dominação e o preconceito social e intergeracional sobre a juventude rural têm em grande parte sua eficácia marcada pelo fato de ser ignorada (Barcelos, 2021, p. 05).

Esse silenciamento de especificidades da condição juvenil, ao se negar ou minimizar as questões da juventude rural, abre espaço para que os jovens do campo sejam atraídos por discursos que acompanham o pensamento da extrema-direita, cujos defensores sabem persuadir e encantar, afastando esses jovens das organizações e movimentos sociais, especialmente das esferas de planejamento e implementação de políticas públicas. De acordo com Barcelos (2021), é possível envolver a juventude em experiências formativas de maior efetividade

política, mas, “Esse processo provavelmente perpassará as organizações e movimentos sociais no sentido de indagarem-se sobre qual o grau de autonomia e organização política que será necessário para gerar ciclos de mobilização e reivindicar políticas públicas apropriadas” (p. 06).

### 3. ANÁLISE DE DADOS

#### 3.1 Relatos de uma juventude

Nesta seção, são analisados alguns depoimentos de jovens estudantes, moradores de municípios da Transamazônica, que tiveram seu direito de estudar violado. Veremos, a partir desse recorte, o grau de perversidade de um sistema educacional que exclui as juventudes do campo e lhes impede de acessar a escola. O termo juventude vinculado ao campo está associado a muitas camadas. Para Dayrell (2007), ao pensarmos a condição juvenil precisamos olhar os jovens não apenas ligados ao trabalho, como na Europa, mas em várias dimensões da vida. O termo “condição juvenil” nos convida a pensar o que os jovens das classes populares sentem quanto à falta de a escola, quais significados estão associados à luta por acesso permanência na escola.

O relato a seguir é de uma jovem que ficou dois anos sem estudar por falta de escola de Ensino Médio, apesar de morar em uma comunidade próxima do município de Altamira-Pará, não havia transporte e nenhuma escola próxima, a solução encontrada por sua mãe foi que a filha se mudasse para a zona urbana.

Acho que só de saber que eu não ia estudar eu fiquei meio sem esperanças em relação ao futuro, já que você tem que ter pelo menos o Ensino Médio completo hoje em dia. Eu fiquei muito deprimida.

Eu tive que aprender muita coisa na correria, já que eu comecei a estudar no meio do ano. (Jovem de 17 anos moradora de uma comunidade próxima de Altamira-PA, 20/08/2024.)

De um lado, os sonhos, as vivências, a expectativa de futuro; do outro, os desafios, a interferência das condições juvenis (Dayrell 2007). A falta de políticas sociais concretas alia-se a possibilidades extremamente baixas quanto ao futuro; são trajetórias interrompidas pelos desafios cotidianos em busca de sobrevivência, e a tensão de criar um projeto de futuro faz cada vez mais os jovens ficarem sem esperanças.

É bem prejudicial para a maioria dos adolescentes que precisam muito desse aprendizado e não tem essa oportunidade, e os pais também, às vezes não querem deixar os filhos com outras pessoas, eu entendo a preocupação deles. Eu não sabia onde ia fazer o Ensino Médio antes de vir para cá, foi minha mãe

que tomou a decisão de eu vir para a cidade estudar. (Jovem de 17 anos moradora de uma comunidade próxima de Altamira-PA, 20/08/2024.)

No depoimento acima percebemos a aflição da jovem quanto à continuidade dos seus estudos. O grau de preocupação é tão elevado que em muitos casos os jovens ficam em uma situação de não conseguir pensar em nenhum plano para viável de futuro devido às condições em que se veem; os pais de alguma forma tentam achar alguma saída para seus filhos permanecerem estudando. Observando esse relato percebo as coincidências com minha trajetória de vida, quando eu também, me vi diante desse impasse.

Na minha juventude presenciei diversas ocasiões de negação de direitos aos povos camponeses, mas não tinha formação política e achava normal a falta de políticas públicas e toda aquela situação de precariedade na qual me encontrava, pensava que inexistência de escolas de ensino médio, o transportes escolar de baixa qualidade eram coisas que aconteciam como um fluxo natural que normalmente tinha que ocorrer. A minha percepção de “naturalizar” situações de descaso no campo mudou a partir da minha entrada no curso de Educação do Campo/ênfase em Linguagens e Códigos, Campus Altamira; foi durante o curso que notei como os relatos dos colegas e os textos lidos retratavam tudo que tinha passado e não me dava conta de se tratava de omissão do estado, de negligência mesmo. Então, acredito que a falta de escolas de Ensino Médio no campo impacta na formação. Por isso é necessária uma educação libertadora que destaque a identidade dos jovens, para que eles sejam protagonistas do seu próprio futuro.

O próximo relato é de uma jovem que deixou sua comunidade e se mudou para a cidade, a entrevistada estudava na modalidade SOME, mas sentia que não estava tendo bons resultados. Quando o jovem camponês vem para a cidade em busca de cursar o Ensino Médio, na mudança para um centro urbano geralmente é abrigado na casa de algum parente ou conhecido e fica com a responsabilidade de fazer as tarefas domésticas; assim, estuda no período da tarde ou da noite; muitas vezes precisa arrumar um emprego para ajudar nas despesas da casa. Essas situações comprovam o que disse Frigotto (2016): “em plena segunda década do século XXI nega-se a etapa final da educação básica, o Ensino Médio, para a metade da juventude brasileira e os que o alcançaram o fazem em condições precárias.” (Frigotto, 2016, p.1)

Eu vim embora aqui para Altamira, porque os estudos lá na minha comunidade eram muito péssimos, estudei lá o 1º e o 2º. O 3º vim fazer aqui, só que os estudos lá eram muito ruins, cada professor passava dois meses e não tinha muito conteúdo pra nós, sabe? O meio de transporte de lá era muito ruim, eu tinha que acordar quatro e meia da manhã e esperar o ônibus passar e as estradas eram péssimas. Às vezes só ia um professor pra passar o conteúdo;

dificilmente iam todos, matemática, química, artes e muito menos português; às vezes tinha português para o primeiro, segundo ano, mas não tinha para o terceiro... era tudo desse jeito.

Lá não tinha química, física. Essas matérias não tinham a lá, principalmente química não tinha, matemática era o básico do básico lá. Nunca teve física.

Chegando aqui tive dificuldades porque lá só tinha aula duas vezes na semana. A maioria [dos alunos que vieram para cidade] que vejo foi para o Polivalente, eu também era para ir pro Polivalente, mas acontece que se você tá lá no segundo ano, você vai passar para o terceiro, só que aqui na rua você não avança, você volta para o segundo de novo porque eles falam que o estudo de lá é muito atrasado. Então não pode seguir, sendo que a gente era para estar no terceiro ano. Tipo, na rua eles falam que o estudo lá é muito lerdo, a gente não consegue acompanhar. (Jovem de 18 anos moradora da vicinal Jiboião, município Altamira – Pará, 20/10/2024).

A educação oferecida para os jovens do campo na etapa terminal da escolarização básica não é pensada conforme as necessidades do público destas comunidades, além de não garantir a oferta de conteúdos e disciplinas conforme a legislação; como vimos acima, são oferecidas poucas disciplinas, com interrupções e sem relação de conteúdos com a realidade do campo. Por se tratar de lugares distantes, muitos professores não encontram meios de chegar até o local em que estão os alunos e as aulas atrasam; o transporte escolar é de baixa qualidade e não resiste às precárias condições das estradas. Quando perguntei sobre sua visão a respeito dessa migração de jovens do campo para a cidade e os efeitos desse processo, a entrevistada disse:

[...] Mais ou menos uns vinte a trinta, só que teve alguns que veio morar sozinho, com os irmãos ou com os pais, só que a maioria tá morando sozinho. Tipo eu, né? (Jovem de 18 anos moradora da vicinal Jiboião, município Altamira – Pará, 20/10/2024).

No depoimento acima quando a entrevistada se refere à quantidade de vinte e trinta, está se referindo ao número de jovens que saíram da sua comunidade para estudar na cidade. Segundo ela, esses jovens saíram de lá devido às difíceis condições locais oferecidas à juventude, não só em termos de oferta de trabalho, mas também de qualidade da educação, de opções de lazer e de acesso à cultura. Diante de situações como essas, os pais sofrem junto com os filhos e são levados a tomar decisões que sacrificam a vida da família como um todo.

Eu vim morar com a minha tia; morei três meses enquanto meus pais vinham... aí meus pais abriram mão de tudo; eles não queriam que eu ficasse longe deles, aí eles deixaram a roça abandonada por um tempo; por alguns meses, tiveram que deixar o cacau, se não cuidasse ia morrer, a casa lá foi quebrando algumas coisas. (Jovem de 18 anos moradora da vicinal Jiboião, município Altamira – Pará, 20/10/2024).

Para um agricultor, a roça é seu meio de vida e sua forma de sustento. Muitos pais até vendem parte de sua propriedade para comprar uma casa na cidade, geralmente em bairros mais distantes do centro, para poder ajudar na continuação dos estudos dos filhos. Quando a entrevistada diz em seu relato: “abriu mão de tudo”, refere-se à roça de cacau que seu pai deixou por um longo tempo para ajudar na sua adaptação na cidade.

Segundo Florentino (2000), a educação é um dos principais motivos que leva uma família a deixar o campo e ir para a cidade; essas migrações, involuntárias, vão aos poucos esvaziando as comunidades rurais e fragilizando o tecido social desses territórios. Daí a importância de implementação de políticas educacionais que garantam o direito à educação na etapa terminal da educação básica nos locais de moradia desses jovens. Conhecendo melhor a juventude e seus projetos, tais políticas permitem que as pequenas cidades e as zonas rurais também tenham perspectivas.

O próximo relato é de uma mãe que faz muitos esforços para o seu filho cursar o Ensino Médio:

É difícil ficar longe, mas a educação é muito importante; é difícil principalmente a questão de ter que ficar separados, não poder acompanhar de perto, apesar de tentar ser uma mãe presente na educação deles. A questão financeira para mantê-los na cidade é bem mais complicada do que se eles tivessem comigo. (Mãe de um jovem de 16 anos que mora no município de Uruará-Pará, 26/08/2024)

Além do esforço financeiro para manter os jovens estudando, os pais enfrentam outros dilemas; muitos pais também querem acompanhar a vida escolar do seu filho e a distância impede esse acompanhamento contínuo. Quanto às dificuldades enfrentadas para tentar garantir a continuidade da formação dos filhos, a entrevistada relata:

A primeira foi ter que mandá-lo pra casa da minha mãe quando ele precisou fazer o sexto ano por falta de escolas na comunidade e ele era pequeno para manusear uma moto pra chegar lá. Mesmo morando com minha mãe mais próximo da cidade ele dependia do transporte para vir para a escola, que ficava a 10 Km de onde estava morando; no inverno o carro faltava muito por causa da péssima condição da estrada. Minha mãe se mudou por questão de saúde, e ele teve que retornar pra zona rural. Só esse ano ele mudou pra cidade novamente.

Meu filho tá morando na cidade, como ele queria trabalhar ele pediu para eu deixá-lo estudar a noite, eu não queria deixar, aí ele foi trabalhar em uma oficina de trator; aí o tio dele arrumou um cacau perto da cidade pra ele trabalha; então durante o dia ele fica no cacau com o tio dele e a noite vai pra escola. (Mãe de um jovem de 16 anos que mora no município de Uruará-Pará, 26/08/2024).

No depoimento acima a entrevistada relata que desde o ensino fundamental seu filho encontra dificuldades para estudar, pois na comunidade em moram não havia escolas, mas os alunos iam no transporte escolar estudar em uma comunidade próxima. Já no Ensino Médio, a falta de acesso se intensificou, o estudante teve que ir morar na casa de parentes e precisou ter o seu próprio meio de transporte para ir até a cidade estudar.

De acordo com Marinho (2014), essa é a realidade do campo, os jovens desejam continuar o estudo, mas em praticamente todas as comunidades só têm escolas de ensino fundamental. Essa falta de escolas, de certo modo, contribui para o desenraizamento dos jovens da terra. A saída dos filhos para estudar aumenta as despesas da família e significa também uma considerável perda de força de trabalho.

O relato a seguir é de uma entrevistada que enfrentou muitas dificuldades para concluir seu Ensino Médio:

Antes de eu decidir estudar no Brasil Novo eu tive a opção de estudar em uma comunidade próxima, lá o ensino era modular, né. Ensino em módulos no qual faltavam muitos professores; eu acompanhava os alunos e acabava o ano alguns alunos ficavam pendentes. Então bati o pé e falei para o meu pai que queria estudar no Brasil Novo e daí começou as dificuldades, a escola ficava na cidade de Brasil Novo, eu era muito nova, não sabia andar de moto, meus pais não tinham moto. Então era tudo dificultoso. Não tinha transporte no travessão, tínhamos que aguardar o ônibus na Transamazônica. Alguns colegas começaram a estudar também e meu pai arcava com a gasolina; então eu ia até a “faixa” com elas para poder estudar. (Ex estudante do Colégio Brasil Novo e moradora de uma comunidade próxima do município de Brasil novo, 21/10/2024).

O prédio do colégio de Brasil Novo não comportava todos os alunos; eram muitos alunos, além das dificuldades já encontradas chegava na sala era 45 alunos em uma sala, ou mais, nenhuma estrutura... não tinha ventilador que prestasse e os bebedouros sem água, faltava água. E aí por eu não ter transporte, por meus pais não terem transporte, arrumei um emprego de babá com uma moça em Brasil Novo e eu morava na casa dela. Eu trabalhava e estudava, eu e a filha dela estudava no mesmo período pela manhã e à tarde eu cuidava da filha dela, ensinava a ler e ajudava a mãe dela. Foi uma época bem difícil. Quando a gente sai de casa para ir para morar na casa dos outros é totalmente diferente, você está longe de casa, dos amigos. Escutei coisas do tipo: “essa empregadinha quem é?” E coisas que me magoaram bastante. (Ex estudante do Colégio Brasil-novo e moradora de uma comunidade próxima do município de Brasil novo, 21/10/2024).

Essa é a realidade da juventude camponesa de muitos municípios da região da Transamazônica, onde há apenas uma escola regular de Ensino Médio na cidade. Atualmente existe a oferta de transporte escolar, mas nem sempre é suficiente e constante. Os alunos da

zona rural são muitos e isso causa superlotação nas salas de aulas. No município de Brasil Novo- Pará esse fator é visível; os alunos do ensino médio não têm uma escola própria, a escola é emprestada do ensino fundamental e a maioria dos jovens que estudam lá são do campo, os que não utilizam o transporte escolar, usam o seu próprio (moto, carro).

O depoimento a seguir é de uma jovem do município de Medicilândia que estuda na modalidade SEI, que atualmente chama-se CET:

As aulas são transmitidas ao vivo na TV, os professores que dão aula pra nós são de Belém-PA, eles explicam as aulas assim como se fosse presencial mesmo, qualquer dúvida nossa mandamos mensagem pra eles pelo chat que são repassados pra eles e eles explicam.

Aí temos nosso mediador, que é um professor que fica na sala se aula para ensinar o que não sabemos, é ele que passa os trabalhos e as provas pra nós e que dá nossas notas conforme os trabalhos e as provas que eles passam pra nós.

Só que nas férias do meio do ano, quando começou agora em agosto até um dia desses (outubro) nós tava tendo aula, duas a três vezes por semana; às vezes até uma só; porque nós tava só com um mediador e o certo é dois, porque divide. (Jovem de 16 anos do município de Medicilândia- Pará, 21/10/2024).

Como retratado anteriormente, o que tem se visto nessas modalidades de ensino é a falta de profissionais adequados que entendam a realidade dos alunos. A escola do campo é bem presente na vida da comunidade, mas com essa forma de ensino percebe-se que a comunidade não participa tanto e os seus saberes e modos de vida não são tão valorizados, pois os professores que repassam o conteúdo não são da região em que está inserido o jovem.

A precarização na oferta de educação, sobretudo no ensino médio, em comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras consideradas remotas, não é um fator isolado. Na fase atual do modelo neoliberal, o capitalismo precisa tirar dos mais vulneráveis aquilo que já lhes falta, que nunca foi plenamente garantido, para que o processo de acumulação e de concentração de riqueza nas mãos de uns poucos siga seu caminho. Assim, além de investidas explícitas de negação de direitos, tem-se também, de forma insidiosa, a imposição de uma narrativa de desmerecimento da educação escolar, sobretudo da escola pública. Veja-se, a propósito, a reforma do ensino médio aprovada no governo Temer.

Porém, em meio a uma atmosfera de aparente consenso social e passividade, os movimentos sociais, protagonizados pelo movimento indígena, surgem na cena pública e nos mostram que a história pode ser diferente, como nos lembra Manuel Castells: “A experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais

que, de diferentes formas, mudam as mentes e, através delas, as instituições” (Castells 2013, pág. 165).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma etapa como o Ensino Médio é muito importante para o amadurecimento dos jovens e, historicamente, esse direito vem sendo negado principalmente para jovens das classes trabalhadoras, sobretudo no campo. A migração da juventude camponesa é um fato estudado há anos por pesquisadores de diversas áreas, tem diversas causas, mas quando se trata de políticas públicas em torno da educação dos jovens do campo não aparece esse amplo debate.

Como ocorre em muitas comunidades campesinas localizadas na região da Transamazônica, quando existem escolas de Ensino Médio é com currículos, corpo docente, estrutura e transporte que não atendem em nada à população camponesa.

Os argumentos propostos ao longo desse trabalho evidenciam a falta de políticas educacionais nos territórios da Amazônia paraense e como o processo de acesso e permanência dos jovens do campo ao ensino médio é dificultoso. Esse fato expõe a realidade da juventude que encontra-se mais ameaçada com as políticas do atual governador do estado do Pará e seu secretário de educação, Rossieli Soares, secretário esse conhecido por inúmeros desmontes no Ensino Médio, ex-ministro da educação do governo Temer, responsável pela reforma do “Novo” Ensino Médio e de um dos maiores desmontes do Ensino médio no Estado do Amazonas.

Com a lei 10820/2024, o governo do estado pretende sucatear a educação paraense precarizando ainda o Sistema Modular de Ensino (SOME) e fragilizando a educação modular Indígena (SOMEI), por meio da substituição gradual das aulas presenciais por aulas virtuais, transformando a educação em ensino a distância. Em dezembro do ano passado o governador Helder Barbalho sancionou essa lei e em janeiro o debate se intensificou, pois estão ocorrendo manifestações lideradas pelos povos indígenas e a greve dos professores da rede estadual de ensino. Considerando que o Pará é o terceiro estado com o pior índice de acesso à internet, um ensino a distância pode intensificar o êxodo dos jovens para a cidade e enfraquecer os territórios do campo. Isso mostra como essa etapa de escolarização é negligenciada no Brasil principalmente na região norte, sendo negado o direito à educação aos jovens de comunidades rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinho.

São necessárias políticas públicas que reconheçam e valorizem a juventude camponesa amazônica, pois o campo não pode ser um local de “menos”: menos escolarizados, menos

vistos, menos reconhecidos. É preciso garantir que os jovens do campo tenham perspectivas de vida e de futuro. E isso é possível.

Ao longo da minha graduação em Educação do Campo tive o privilégio de conhecer a Casa Familiar Rural Dorothy Stang, que fica localizada no município de Anapu, estado do Pará, é um modelo de escola adequado para atender a população do campo, porque além de utilizar-se da Pedagogia da Alternância, as CFR's têm um importante instrumento pedagógico, o Projeto Profissional Jovem ( PPJ), que possibilita aos estudantes uma formação técnico-profissional, permitindo assim o desenvolvimento dessas aprendizagens em sua propriedade e a ampliação de seus projetos de futuro. Essas escolas preparam os jovens do campo para além da sua comunidade.

Entre os diversos motivos pelos quais as CFR's são importantes para a Educação do Campo, um dos que mais me chama atenção é a configuração do coletivo; as atividades agrícolas relacionadas ao modo de vida e como cada estudante interage com o outro.

Durante o curso de Educação do campo, conheci também a Casa Familiar Rural de Altamira, nesses dois momentos de experiência percebi que os alunos das duas Casas são dedicados e empenhados quanto aos cursos técnicos e às aulas práticas oferecidos pela escola.

Por isso penso em minhas idas e estágios supervisionados realizados na Casa Familiar Rural, cuja proposta de educação socialmente referenciada é uma possibilidade concreta e viável de garantir o direito à educação nos territórios em que vivem os jovens do campo. Mas essa modalidade precisa ser amparada por políticas públicas que garantam seu financiamento. Acredito que com essa perspectiva podemos pensar em uma educação do campo que destaque a juventude e um Ensino médio que não exclua a identidade dos jovens e tenha infraestrutura e currículos que comportem as necessidades dos jovens do campo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2 ed.- Brasília, DF: MEC, SECAD, 2005.  
BRASIL. **Lei nº 13415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>.. Acessado em: 01/08/2024.

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S.; ALVES, J. P. C. Indicadores educacionais e a ideia da integração do ensino: o ensino médio na Amazônia sob análise. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 3, p. 231-260, jun.-set. 2015.

BARCELLOS, S. B. (2021). As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF jovem em debate. **Planejamento E Políticas públicas**, (48). Disponível em: [://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714)> Acesso em: 09\10\2024.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BRANCO, P.P.M. (Orgs.) **Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, SP: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRUMER, A. Os Jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: Marilda Aparecida de Menezes; Valmir Luiz Stropasolas; Sergio Botton Barcellos. (Org.). **Juventude rural e Políticas Públicas no Brasil**. 1ed. Brasília: Presidência da República – Ministério do Desenvolvimento Agrário -II CA, 2014, v.1, p. 215-233.

CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por um Educação Básica do campo, 2000. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 3).

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma Identidade em construção. In: KOLLING, J E, CERIOLI, P R; CALDART, R S. **Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas**. Brasília: DF, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTRO, Elísia Guaraná de. **Entre o ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, E.G (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p.178-208, jan\jun.2009.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol, 28, n.100, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10\10\2024.

DAYRELL, J; CARRANO, P.; MAIA, C.L. (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Acerca do ritornelo**. Em Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 115-170.

DEMO, Pedro. **Praticar Ciência: metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREIRA, Edilcina M. **Entre o Campo e a Cidade: O Jovem Ribeirinho e suas relações com o processo de migração na região das Ilhas de Abaetetuba/PA**. Belém-PA, 2019.92p. Dissertação (Mestrado em Agricultura familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará.

- FLORENTINO, Laurence G. Localidade Fragmentada e o Novo Vínculo Social local: Uma análise a partir das relações campo-cidade na transamazônica (região de Altamira- PA). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, Neaf\UFPA, v .4, n. 2, 2000.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FRIGOTTO, G. (2016). **Escola sem Partido**. Disponível: <<https://espaçoacademic.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>> Acesso em: 23/08/2024.
- KHEL, M.R (2004). A juventude como sintoma da Cultura. In: Novaes, R. e Vannuchi, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- KUMER, R. **Juventude rural entre o ficar e partir**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste. Toledo, junho de 2013. Orientador: Silvio Antônio Colognese.
- LADISLAU, Claudenildo da S. **A Experiência do Ensino Médio Interativo no Pará: o caso da implantação e funcionamento do Projeto SEI em uma comunidade ribeirinha do município de Portel**. Cametá – PA. 2022. 156 Fls. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. Universidade Federal do Pará, 2022.
- LAKATOS, A.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- MATOS, Cleide Carvalho; REIS, Manuelle Espindola; COUTO, Jeovani de Jesus. O sistema educacional interativo e as perspectivas de formação humana dos alunos do ensino médio das comunidades rurais do estado do Pará. **Revista Contexto & Educação**, 36 (114), p. 332 -350. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2021.114.332-350>. Acesso em: 03/02/2025.
- MARINHO, Dalcione L. **Entre ideologias e utopias: as expectativas dos jovens rurais quanto o seu ingresso na Escola Família Agrícola de Marabá**. Marabá, UFPA/Residência Agrária, 2014.
- MINAYO, M.C.S Trabalho de Campo: teoria, estratégias e técnicas, In: **O desafio do conhecimento**, São Paulo: Hucitec,2006.
- REY, F.G. **La investigación cualitativa en psicología**. São Paulo: Educ, 1999.
- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas ,1999.
- RODRIGUES, João Marcelino Pantoja. **No espelho do rio o que reflete e o que “SOME”?: O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de jovens egressos no município de Breves – Pará**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SACRAMENTO, B. N. **Política de ensino médio modular no Pará: princípios, diretrizes e práticas formativas para juventude do campo na Amazônia**. 2018. 187 f. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018.

SILVA, Enely Tavares da. **O SOME na comunidade de Tartarugueiro em Ponta de Pedras/PA: entre o legal e o real observado.** 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOARES, Filipe Miranda. **Ensino médio mediado por tecnologias em escolas de comunidades ribeirinhas do município de Porto Velho-RO.** 2021. 261 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SZYMANSKI, Heloisa (Org). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro Editora, 2004. 3ª ed. (2010)